

Marcílio e a dívida interna

Jorge Rosa

Se um economista com a autoridade do ex-ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, vem a público para afirmar que "até o final do ano, a dívida interna de todo o setor público terá aumentado 53 por cento em valores reais (acima da inflação), voltando aos níveis do final do governo Sarney", é um bom motivo para os investidores deixarem de dormir, especialmente quando se sabe que a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello apelou para o confisco de 80 por cento de todas as aplicações financeiras, inclusive a poupança, porque não havia mais como arcar com o peso dos juros nas despesas do Governo. Portanto, se as previsões pessimistas do ex-ministro se confirmarem o sacrifício do Plano Collor I terá sido em vão.

Pelos cálculos de Mailson, a dívida pública total, em 1992, passará de 60,4 bilhões de dólares para 92,4 bilhões de dólares, perigosamente próxima dos 102,2 bilhões de dólares no final de 1989. Mas, é preciso considerar que 1992 não é o final do governo Collor, que só terminará em 1º de janeiro de 1995. Portanto, Collor tem ainda muito tempo para superar a marca do ex-presidente Sarney, com uma diferença bastante folgada.

Diversas são as causas para explicar esse brutal crescimento da dívida do setor público, o que não importa no momento. Mas, se al-

gum leitor estiver interessado em explicações técnicas basta procurar a empresa do ex-ministro Mailson, a MCM Consultores Associados.

O que importa, no momento, é como sair desse buraco e o que pode acontecer com as aplicações financeiras. O próprio Mailson Ferreira da Nóbrega aponta a saída para o ajuste fiscal estrutural, que está em fase de discussão em nível governamental e que em breve será encaminhado ao Congresso Nacional, mas o deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ) teme pelo sucesso dessa reforma porque a Receita Federal — órgão responsável pela execução desse ajuste fiscal — está desestruturada, vítima da reforma administrativa empreendida pelo ex-ministro João Santana. Sem um perfeito órgão fiscalizador e arrecadador de tributos não há reforma fiscal que dê certo.

Face a tantas previsões pessimistas, o investidor, como todo gato esgalado, deve estar tendo prolongadas noites de insônia, especialmente se for aquela dona-de-casa que tem suas economias aplicadas na Poupança. Alguns parlamentares não acreditam que Collor venha a repetir o confisco do Plano Collor I, mesmo porque lhe falta hoje a força política do início de Governo. Além disso, antes de mais nada teria que catapultar do Governo seu ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, homem avesso a soluções pirotécnicas.